

DECLARAÇÃO DE SERVIÇOS RELEVANTES

Quanto à Qualificação Técnica-Profissional e Operacional das empresas licitantes da obra de **Reforma do CETI José Nogueira Aguiar – Município de Esperantina-PI**, a análise dessa qualificação será avaliada por meio de certidões de acervo técnico comprovadas por meio e atestados de capacidade técnica. O Acórdão 1512/2009 Plenário delimita que

“(…) na contratação de obras e serviços contemplados com recursos federais, o disposto na Lei nº 8.666/1993 e na jurisprudência do TCU, especialmente quanto à possibilidade de comprovação: da existência de profissional técnico capacitado e habilitado no quadro permanente da empresa licitante, mediante apresentação de mais de um atestado de responsabilidade técnica sobre **obras e serviços que, somados, correspondam ou se assemelhem às características do objeto licitado**, e mediante apresentação de contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum; **de capacitação técnica operacional da empresa, mediante apresentação de mais de um atestado ou contrato para o somatório dos serviços neles consignados**; do visto do conselho regional com jurisdição no local da obra (art. 69 da Lei Nº 5.194/1966) apenas pela empresa vencedora do certame, quando de sua contratação.” (grifos nossos)

Ainda a respeito da comprovação de capacitação técnica, esta deverá ser “proveniente de obras diferentes daquela licitadas, passando a ter como critério a semelhança entre os serviços a serem comprovados, e não as obras em que foram executados.”¹; bem como deverão ser considerados serviços de características técnicas similares às do objeto licitado, que fica limitado na forma do inciso I, §1º, do Art. 30 da Lei nº 8.666/93, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos.

Para tanto, ao se analisar a curva ABC o objeto de licitação, viu-se os itens de maior representatividade e aqueles que possuem maior complexidade de execução. Haja visto que:

“A Lei é clara ao estabelecer que os requisitos de ‘relevância’ e ‘maior valor significativo das parcelas’ devem ser atendidos cumulativamente. Quanto ao primeiro, está-se diante de maior margem de discricionariedade à disposição do gestor em comparação com o segundo, de fácil averiguação. Todavia, não se pode descartar a possibilidade de o administrador deparar-se com **avaliação subjetiva, em razão da natureza do objeto e de outras circunstâncias intrínsecas à obra que se pretenda licitar**. Assim, surge a possibilidade de **considerar determinado item relevante, não obstante seja de baixa representatividade, em termos financeiros, no contexto do valor global**.

(…)

Certo é que, via de regra, itens de maior relevância figuram no orçamento da obra com considerável peso. (...) **Não obstante, casos atípicos que fogem à regra geral podem justificar a apresentação de atestados de qualificação técnico-profissional para itens relevantes - embora não figurem necessariamente dentre os mais significativos no orçamento final da obra -, desde que tomados à luz do interesse público e dos**

¹ Acórdão 1502/2009 Plenário.

princípios da administração pública, em particular os da eficiência, economicidade e razoabilidade.”² (grifos nossos)

Portanto, a lei atribui ao gestor público a prerrogativa de escolha de critérios que melhor se adequem às características do objeto, desde que sejam observados os parâmetros por ela fixados, bem assim os princípios relativos às licitações, sempre almejando a proposta mais vantajosa para a Administração.

Para tanto, adotou-se como itens de referência para análise das Certidões de Acervo Técnico os itens mais relevantes e os mais complexos, que exigem qualificação técnico-profissional maior, tendo em vista o tipo de obra e o vulto desta. Foram selecionados então cinco parâmetros: **execução de subestação aérea, execução de platibanda revestida em ACM, revestimento cerâmico para parede, piso em granilite e alvenaria de vedação em bloco cerâmico**. As exigências de habilitação técnica das licitantes serão observadas em consonância com os critérios estabelecidos no art. 30 da Lei nº 8.666/1993.

Paula Caroline Luz S C Tavares
Engenheira Civil – Dasos Consultoria
CREA RNP 1917721161

² Acórdão 2170/2008 Plenário (Voto do Ministro Relator)